

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.341 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2001



Cabral: povo precisa distinguir parlamentares bons e punir, nas eleições, os que são maus

## Senado saiu na frente e já aprovou "pacote ético"

O senador Bernardo Cabral faz balanço das propostas que compõem o "pacote ético" aprovado pelo Senado.

PÁGINA 5

## Reformas política e do Judiciário são prioridades

Presidente em exercício do Senado, Edison Lobão, revela que essas propostas, juntamente com a nova Lei das Sociedades Anônimas, terão preferência na pauta deste segundo semestre. Anúncio foi feito após reunião com líderes partidários.

PÁGINA 3



Lobão preside reunião com líderes, em que foram selecionadas propostas para exame neste semestre



Tuma, que integra a comissão do Conselho de Ética, confirma os depoimentos para terça-feira

## Gros e Coelho depõem sobre caso Jader

PÁGINA 2

## Carlos Wilson cobra ação contra o trabalho infantil

Colocado entre os três países com as maiores taxas de trabalho infantil na América Latina, o Brasil ainda tem uma ação governamental tímida no combate a essa realidade, segundo o senador Carlos Wilson (foto). Ele denuncia que os esforços para resolver o problema vêm diminuindo.

PÁGINA 8



# Gros e Coelho depõem terça-feira sobre relatório que inocentou Jader

Romeu Tuma informa que o presidente licenciado do Senado deve ser chamado a prestar informações apenas na última etapa dos trabalhos da comissão especial do Conselho de Ética

Em entrevista à imprensa, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) comunicou ontem que já estão confirmados para as 17 horas da próxima terça-feira os depoimentos do ex-presidente do Banco Central Francisco Gros e do procurador-geral da instituição, José Coelho Ferreira. Eles deverão explicar aos integrantes da comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o relatório elaborado por Ferreira e assinado por Gros eximindo o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), de participação no episódio de desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará (Banpará).

De acordo com Tuma, os depo-



José Coelho Ferreira e Francisco Gros prestarão depoimentos separadamente e apenas aos membros da comissão especial

imentos serão feitos separadamente, "para evitar constrangimentos entre os convidados", e apenas aos membros da comissão. Disse também que Gros deverá

estar acompanhado de outros técnicos do BC que participaram dos levantamentos e da elaboração dos relatórios sobre o caso.

O senador informou que, tam-

bém na próxima semana, será feita a acareação entre o banqueiro Serafim Rodrigues de Moraes e sua atual mulher, Vera Arantes Campos (ex-corretora da Bolsa de Valores de São Paulo), e o subprocurador-geral da República aposentado Gildo Ferraz. Eles teriam afirmado, de acordo com noticiário na imprensa, que Jader teria recebido cheque utilizado na compra de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) quando ocupava o cargo de ministro da Reforma Agrária.

Segundo Romeu Tuma, Jader deve depor apenas na última etapa dos trabalhos da comissão, que deverá entregar o relatório final até o dia 3 de setembro.

## Romeu Tuma repudia ataques de deputado

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) protestou ontem contra ataques pessoais de quem tem sido alvo por parte do deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ). Tuma, que é relator da medida provisória que regulamenta os salários e vencimentos dos militares, disse que nunca respondeu a e-mails de integrantes da categoria na forma desrespeitosa relatada pelo deputado.

— Eu nunca respondi um e-mail da forma como ele disse: "os chefes militares estão satisfeitos com a MP, então não há o que reclamar". Não é verdade, essas informações são distorcidas e não correspondem à realidade — afirmou o senador.

Tuma disse rejeitar, "com toda a veemência", as palavras que o deputado tem usado para manchar a sua imagem, e fez um apelo aos militares da reserva para que o procurem a fim de conversar sobre a medida provisória.

O senador afirmou que "há uma dose de injustiça" nas medidas que estão sendo tomadas em relação aos militares, mas observou que isso pode ser corrigido. Ele informou que a MP já conta com mil emendas, lembrando, no entanto, que qualquer emenda de iniciativa de parlamentar não pode criar ou aumentar despesas, tendo que ser negociada com a área econômica do governo, o que ele já está fazendo.

Em aparte, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB), Romero Jucá (PSDB-RR), Lindberg Cury (PFL-DF), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solidarizaram-se com Tuma e repudiaram as agressões que sofreu da parte do deputado Jair Bolsonaro.

## Sai hoje laudo de perícia em fita que indica cobrança de propina

Na tarde de hoje, em São Paulo, o senador Romeu Tuma deverá receber os resultados da perícia realizada pelo foneticista Ricardo Molina em gravações de conversas que poderiam demonstrar a participação do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, em um caso de cobrança de propina para liberação de recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Tuma é o coordenador dos trabalhos da comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga denúncias contra Jader. Tão logo o laudo das fitas seja entregue, o gabinete do senador divulgará o teor da análise feita por Molina.

Tuma tornou pública ontem nota sobre o caso Banpará enviada no dia 27 de julho último pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ao procu-

rador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Na nota, Fraga informa os nomes dos dois técnicos do BC que acompanharam a elaboração de relatório preparado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no qual o presidente licenciado do Senado é apontado como um dos envolvidos em desvios de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará) ao tempo em que era governador do estado, entre 1984 e 1987.

Na última quarta-feira, Jader discursou em Plenário, argumentando, em sua defesa, que os autores do relatório da 5ª Câmara não teriam qualificação para contrariar o parecer inicial do BC, que o isentava de participação no caso. Em seu discurso, o senador não se referiu ao fato de que dois técnicos do banco acompanharam o traba-

lho da 5ª Câmara.

— Somente a comparação com outros documentos que estão chegando à comissão poderá mostrar, definitivamente, quem são os autores dos pareceres — explicou Tuma.

O coordenador da comissão especial confirmou que todos os relatórios elaborados pelo BC sobre o caso Banpará serão entregues ao senador José Eduar-

do Dutra (PT-SE), autor do requerimento por meio do qual foi solicitada a documentação ao BC. Dutra já anunciou que irá encaminhar o material diretamente à Mesa do Senado, com o pedido de que seja remetido à comissão especial do Conselho de Ética. A comissão terá igualmente acesso às sete declarações de renda do senador Jader Barbalho.



Ricardo Molina deve entregar resultado da perícia hoje ao senador Romeu Tuma

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2001

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)  
Presidente em exercício: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Reformas do Judiciário e política são prioridades

Essas propostas, juntamente com a Lei das S.A., devem ter preferência para votação, segundo informou o presidente interino do Senado, Edison Lobão, depois de se reunir com os líderes partidários



Edison Lobão: Senado vem trabalhando com afinco, o que contribui para sua boa imagem

O presidente interino do Senado, senador Edison Lobão (PFL-MA), anunciou, após a reunião de líderes na Presidência do Senado, que as propostas que tratam da reforma do Judiciário, da reforma política e a nova Lei das Sociedades Anônimas (S.A.) são as prioridades do Senado neste semestre.

— Tratamos nessa reunião de selecionar projetos de lei que estão em andamento no Senado. Somente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem cerca de mil projetos aguardan-

do parecer, o que significa que aqui no Senado se trabalha muito. Todas as comissões estão se empenhando para que as matérias sejam apreciadas em Plenário — declarou Lobão.

Ele destacou que o Senado vem trabalhando com afinco, o que contribui para a instituição ter uma boa imagem na opinião pública. Somente na quarta-feira, continuou, o Plenário apreciou cinco propostas de emendae à Constituição, entre elas a que disciplina o uso das medidas provisórias, que, na sua opinião, remo-

ve “o entulho democrático, que é a faculdade do presidente da República de legislar livremente”.

— O Senado foi madrugador na preocupação de ter uma boa imagem frente à opinião pública. O Senado votou em primeiro lugar a disciplina das medidas provisórias. Quem votou a supressão das imunidades parlamentares para crimes comuns foi o Senado Federal, que já enviou a proposta para a Câmara. Quem votou a supressão do sigilo bancário dos parlamentares e dos agentes públicos foi o Senado Federal. En-

quanto, tudo quanto hoje se tenta votar na Câmara — e eu sei que a Câmara vai votar — foi o Senado que fez primeiro. Ontem a Câmara votou seu Código de Ética, no que fez muito bem. O Senado já tem o seu código há muitos anos, funcionando muito bem — declarou.

Lobão disse ainda que as medidas provisórias em vigor, caso não sejam revogadas pelo presidente da República, devem ser apreciadas de acordo com a nova sistemática, definida pela emenda constitucional que deve ser promulgada no final do mês.

## Casas buscam acordo sobre presidência do Congresso

A decisão acerca de quem preside as sessões do Congresso Nacional no caso do impedimento do presidente do Senado deve, na opinião do presidente interino da Casa, senador Edison Lobão, observar uma solução jurídica. Ele anunciou que vai conversar com o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), para chegar a uma conclusão sobre o assunto.

Na sessão do Congresso da última quarta-feira, que foi suspensa, as lideranças dos partidos na Câmara e no Senado propuseram uma reunião das duas Mesas com os líderes, para que seja encontrada solução.

— Espero que dessa reunião possa sair uma decisão não apenas política,

*“Espero que dessa reunião possa sair uma decisão não apenas política, e, sim, uma decisão legal”*

e, sim, uma solução legal. Porque se tomarmos uma decisão de natureza política, ainda que consensual, que não seja legal, conduzirá a efeitos negativos para a votação de projetos aqui para a frente — avaliou.

Logão teme que um acordo político sobre o assunto seja questionado no Supremo Tribunal Federal (STF), ao qual cabe a interpretação da Constituição. Lobão destacou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já aprovou parecer decidindo que cabe ao vice-presidente do Senado ocupar a presidência do Congresso no caso de impedimento do presidente do Senado. Além

disso, Lobão disse que o presidente do STF, ministro Marco Aurélio Mello, respondendo à imprensa, foi claro ao afirmar que quem preside o Congresso é o atual presidente do Senado.

— É caso de interpretar corretamente a Constituição. Para os constitucionalistas do Senado e para o relator da Constituição, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), não há dúvida alguma: o presidente do Congresso é o atual presidente do Senado. Não sei por que a Câmara não entende dessa maneira. De qualquer forma, vamos encontrar uma solução — declarou, descartando que questões partidárias estejam influenciando a decisão.

O senador disse ainda que não deseja presidir sessões do Congresso se não for o presidente do Poder Legislativo. Porém, se a Constituição define que ele é o presidente do Congresso, Lobão não consideraria recomendável que outro parlamentar presida as sessões, pois, na sua opinião, todos os atos podem ser considerados nulos, abalando o prestígio do Parlamento.

— O fato é que nem eu tenho a vaidade ou a pretensão de presidir o Congresso se não for o legítimo ocupante da cadeira e nem o deputado Efraim Morais (PFL-PB, vice-presidente da Câmara), que é meu correligionário, tem essa pretensão.

## Jucá admite que decisão pode ficar com o STF

O líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), informou ontem que, na reunião realizada pela manhã no gabinete da Presidência, foi debatido o impasse criado por líderes partidários da Câmara, contestando a prerrogativa do presidente interino do Senado, Edison Lobão, de presidir as sessões do Congresso Nacional enquanto durar a licença de Jader Barbalho da presidência do Senado. Segundo o líder, se deputados e senadores não chegarem a um consenso, a questão poderá ser levada ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Jucá reafirmou o entendimento dos senadores de que Lobão é o presidente interino do Senado e, conseqüentemente, exerce a função em toda sua plenitude.

— Uma reunião entre as Mesas do Senado e da Câmara, com a



Edison Lobão reuniu-se com os líderes partidários no gabinete da Presidência do Senado para agilizar a votação de projetos

participação das lideranças partidárias das duas Casas do Congresso, tentará esclarecer a questão e acabar com o impasse; mas se não houver acordo e uma solução, o caso acabará sendo encaminhado ao Supremo.

No encontro de ontem, segundo relato de Jucá, o presidente interino do Senado propôs “um esforço de trabalho junto às comissões da Casa a fim de que elas liberem maior volume de projetos

para votação pelo Plenário”.

Essa articulação deverá resultar no encaminhamento de muitos projetos para inclusão na ordem do dia e também na votação terminativa de muitas propostas. Os projetos aprovados em caráter terminativo por comissões do Senado seguem diretamente para apreciação pela Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que seja submetido ao Plenário.

## Suassuna desmente boicote a encontro

Ao deixar ontem a reunião dos líderes e presidentes de comissões técnicas com o presidente interino do Senado, Edison Lobão, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) contestou versão que circulava entre jornalistas, dando conta de uma possível articulação entre o PMDB e a oposição para boicotar o encontro. Ele explicou que estava representando o PMDB, já que o líder do partido, Renan Calheiros (AL), teve de ir a uma reunião da Comissão Executiva do PMDB, no mesmo horário.

Suassuna não soube apontar a razão da ausência do líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), à reunião, mas lembrou que o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) participou normalmente do encontro, representando a oposição.

Suassuna elogiou os esforços da Mesa do Senado no sentido de intensificar a atividade legislativa e lamentou o incidente criado na quarta-feira, durante sessão conjunta, quando lideranças partidárias da Câmara contestaram a

prerrogativa do senador Edison Lobão de presidir as sessões do Congresso enquanto durar a licença do senador Jader Barbalho.

O senador apóia encontro entre os presidentes do Senado e da Câmara, juntamente com os integrantes das Mesas das duas Casas e as lideranças partidárias, para debater a questão.



Suassuna elogia esforços da Mesa do Senado

# CAE pode voltar a discutir vinculação de recursos do BNDES para agroindústria

Segundo o senador Romero Jucá, a iniciativa deve aperfeiçoar o projeto, cujo substitutivo foi debatido ontem em Plenário mas não pôde ser votado por falta de quórum

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, anunciou ontem que vai apresentar requerimento à Mesa solicitando que retorne à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para aperfeiçoamento, o projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) estabelecendo que 22% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sejam direcionados para o setor da agroindústria. O substitutivo apresentado pelo ex-senador José Roberto Arruda foi discutido ontem em Plenário, mas não obteve quórum para ser votado. O pedido de verificação do quórum foi apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), que assumiu posição enfática contra o substitutivo, em favor da proposta original de Álvaro Dias.

Em vez de destinar compulsoriamente 22% dos recursos do BNDES para projetos na agroin-



Jucá anunciou ontem que vai apresentar o requerimento à Mesa para que o projeto retorne à CAE

dústria, o substitutivo de Arruda troca o benefício pela obrigação de prestação de contas do banco junto ao Senado, ao final de cada exercício financeiro.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) defendeu o substitutivo, embora dizendo-se plenamente favorável à idéia do projeto original. Para ele, contudo, a proposta

não conseguiria o pretendido pelo autor, pois poderia esbarrar na inexistência de bons projetos que demandassem os 22% dos recursos do BNDES. A idéia, para ele, é boa, mas o projeto, disse, necessita de outra redação.

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), a proposta iria levar ao engessamento do BNDES, acabando ainda por estimular a má aplicação de recursos, como costuma acontecer quando há verbas previamente definidas para, em seguida, haver a seleção de projetos. Para Fogaça, o banco iria, com a obrigatoriedade de destinar 22% das suas aplicações para projetos agroindustriais, "seguir o mesmo rumo da Sudam", estimulando que fossem "inventados projetos" apenas para aproveitar a facilidade da oferta de dinheiro.

Álvaro Dias defendeu sua proposta destacando, principalmente, que ela irá contribuir para gerar mais renda e empregos no

campo, detendo os fluxos migratórios rumo aos grandes centros urbanos. Ao defender o projeto de Álvaro Dias, Roberto Requião viu "ingenuidade nos argumentos" de Fogaça, ressaltando que o BNDES não pode ficar "desengessado" para poder emprestar grande parte dos seus recursos a empresas estrangeiras, para que elas comprem empresas nacionais, "como vem acontecendo nos últimos anos".

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) também foi enfático na defesa da proposta de Álvaro Dias. Segundo disse, o substitutivo de Arruda é "coisa completamente sem nexo", uma vez que o Senado já tem acesso à prestação de contas do BNDES. Para o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), a proposta original geraria milhões de empregos e promoveria a interiorização do desenvolvimento no país, posição também defendida pelo senador Lindberg Cury (PFL-DF).

## Designados senadores para Comissão Conjunta do Mercosul

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), designou os membros da Casa que vão compor a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O colegiado reúne parlamentares do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com o objetivo de fiscalizar medidas governamentais para o bloco econômico.

São titulares pelo PMDB Roberto Requião (PR), Casildo Maldaner (SC) e José Fogaça (RS), tendo como suplentes Pedro Simon (RS), Amir Lando (RO) e Marluce Pinto (RR).

Pelo PFL, são titulares Jorge Bornhausen (SC) e Geraldo Althoff (SC); Waldeck Ornélas (BA) e José Coelho (PE) atuarão como suplentes.

Representando o Bloco PSDB-PPB estarão Pedro Piva (SP) e Antero de Barros (MT), como titulares, e Ricardo Santos (ES) e Leomar Quintanilha (TO) como suplentes.

A titular pelo Bloco Oposição será Emilia Fernandes (PT-RS). Pelo PTB, Arlindo Porto (MG).

## Gilvam critica taxas de juros cobradas pelos bancos

As taxas de juros cobradas pelo mercado financeiro no Brasil gerou protestos ontem em Plenário por parte do senador Gilvam Borges (PMDB-AP). "Em todo o mundo o que se vê são operações equilibradas, crédito acessível, com taxas razoáveis, que não levam os tomadores à insolvência, como tem sido o caso de contingentes cada vez maiores de brasileiros", declarou.

Às voltas com demanda de consumo reprimida, as classes menos favorecidas, segundo observou, acabam se tornando alvo fácil da "voracidade" do mercado financeiro. Na sua opinião, a "manipulação publicitária e o apelo consumista" prosperam frente ao reduzido nível de informação e à estreita margem de escolha da população de baixa renda, que, sem condições de honrar os débitos contraídos, fica inadimplente.

Não bastasse a gama de produtos financeiros a estimular o consumismo, como empréstimo pessoal, cheque especial e cartão de crédito, há, segundo Gilvam, disparidade entre a taxa de juros



Gilvam ressaltou a disparidade entre as taxas que remuneram a poupança e as do cheque especial

que remunera a poupança e a aplicada nas operações com cheque especial. Enquanto a remuneração da poupança limitou-se a 0,71% em abril, a taxa de juros do cheque especial variou de 7,7% a 9,9% no período.

— Nessa linha, além de submetermos a sacrifício constante os cidadãos, permaneceremos como um dos países que detêm as taxas de poupança individual mais baixas do mundo — alertou.

Apesar da resistência em reduzir os juros, a autoridade monetária tem adotado, segundo o senador, medidas em prol do consumidor.

## Ministério dos Transportes terá R\$ 8,1 bi em crédito especial

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$ 8,145 bilhões. A matéria será agora apreciada em sessão do Congresso Nacional. O relator da matéria na comissão foi o deputado João Coser (PT-ES), que deu parecer favorável nos termos propostos pelo Executivo. Do total de recursos, R\$ 45 milhões vão para a Presidência da República; R\$ 8,1 bilhões serão destinados ao Ministério dos Transportes.

Na Presidência da República, os recursos serão utilizados, conforme a proposta do Executivo e o parecer do relator, pelo gabinete institucional. "O crédito proposto permitirá ao gabinete institucional cumprir suas atribuições de assessorar as áreas decisórias do governo

nas questões ligadas à manutenção da ordem institucional do país", informa a exposição de motivos do Executivo.

Já no Ministério dos Transportes, segundo a exposição de motivos, os recursos serão destinados à melhoria da navegação no corredor Sudeste, Hidrovia do Paraná-Paraguai, trecho Cáceres-Corumbá, a fim de dar prosseguimento aos serviços de dragagem na área. Também serão destinadas verbas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), na construção de contornos rodoviários no trecho do município de Cachoeiro do Itapemirim (ES). Os recursos a serem utilizados são provenientes do cancelamento de dotações alocadas em programações desses órgãos, que apresentam disponibilidade orçamentária superior à sua execução provável para o corrente exercício.

## Suassuna aplaude duplicação de trecho da BR-101

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou a decisão do presidente Fernando Henrique de autorizar a duplicação da BR-101 no trecho entre a Bahia e o Rio Grande do Norte. A obra, disse, vai beneficiar vários estados nordestinos, incrementando a economia e o turismo em toda a região.

A duplicação é antiga reivindicação da população nordestina, lembrou o senador, ressaltando que a obra vai gerar novas fontes de emprego.

## Morte de religioso de Roraima recebe voto de pesar

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, solicitando manifestação oficial de pesar pela morte do frei Artur Agostine, membro da Primeira Ordem Franciscana e líder religioso em Roraima. A morte ocorreu na quarta-feira num acidente de automóvel na BR-174, nas proximidades do igarapé Paricarana, a 150 quilômetros de Boa Vista (RR).

O acidente resultou também na morte de três índios Wai-Wai e Makuxi, que acompanhavam o frei, deixando ainda outros sete feridos.

# Cabral: Senado já aprovou "pacote ético"

Autor de um dos projetos que resultaram no fim da imunidade para senadores e deputados que cometerem crimes comuns, parlamentar destaca que é preciso acabar com campanha de difamação contra o Congresso

O Senado saiu na frente ao aprovar um dos mais importantes projetos do chamado "pacote ético" do Congresso, acabando com a imunidade dos deputados e senadores que cometerem crimes comuns, afirmou em discurso o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A proposta depende agora de votação dos deputados para entrar em vigor e, no geral, só mantém a imunidade para as opiniões, palavras e votos dos parlamentares.

A emenda constitucional aprovada pelos senadores foi resultado da fusão de vários projetos, inclusive um do próprio senador Bernardo Cabral. Os senadores também já aprovaram outros três projetos que integram o "pacote ético", mas o Senado "é tido, em toda a imprensa, como uma Casa cuja vidraça precisa ser estilhaçada a toda hora", observa Bernardo Cabral.

O senador pediu à Mesa do Senado que tome medidas para acabar com a "campanha de difamação" contra a Casa, mesmo que sejam elas respostas jurídicas. "Os tribunais precisam ser convocados para que não se enlameie dessa forma o Congresso e em particular o Senado", recomendou Bernardo Cabral.

— Precisamos dar um basta nisso. O Parlamento é uma das coisas que mais deve ser amada pelo povo. Parlamento fechado é sinônimo de que se pôs uma tábua, uma placa à sua porta, dizendo que a ditadura reina neste país — acrescentou. Para ele, o povo brasileiro "precisa aprender a amar o Parlamento, a distinguir os parlamentares bons e a punir, nas eleições, os que são maus".

Bernardo Cabral lamentou que "a honra, a dignidade, a postura dos senadores esteja toda nivela-

da ao que há de pior".

— Dizem, inclusive, que existem colegas que nem se identificam como senadores, pela frase que corre por aí: que esta é uma Casa à qual os palhaços não querem sequer ser assemelhados, que aqui se cometem os piores crimes. E todos os senadores — salvo exceções honrosas — são colocados no mesmo plano — lamentou.

Depois de lembrar que foi casado pelo regime militar pós-64, perdeu dez anos de direitos políticos e a cadeira de professor universitário, Cabral afirmou que se orgulha de ser senador.

— Custou-me muito chegar até aqui, desde os bancos acadêmicos, para que, de uma hora para outra, não se façam as exceções e se enxovalhe o Parlamento, que é a Casa de ressonância do povo, onde vêm desaguar todos os clamores populares.



Para Bernardo Cabral, o Congresso é a "caixa de ressonância do povo"

## Só falta analisar fim das votações secretas

Dos seis projetos que integram o chamado "pacote ético" em votação pelo Congresso, quatro já foram aprovados pelos senadores. As seis propostas tramitam neste momento nas comissões da Câmara e só uma delas ainda não foi apreciada pelo Senado, enquanto outra não precisa da votação dos senadores. Os senado-

res só voltarão a examinar os projetos que já aprovaram se os deputados fizerem mudanças em seus conteúdos.

Já foram aprovadas pelos senadores propostas que excluem crimes comuns da imunidade parlamentar, abrem os sigilos bancário e fiscal de parlamentares e de outros agentes públicos, estabelecem

o financiamento público de campanhas eleitorais e punem a infidelidade partidária. Resta ao Senado o exame do projeto que acaba com as votações secretas, mas os senadores só discutirão a matéria depois que ela for aprovada pelos deputados. O Código de Ética da Câmara não precisa ser votado no Senado.

## Denúncias de Requião serão examinadas por senadores

Denúncias feitas pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) serão examinadas pela Procuradoria Parlamentar do Senado Federal. A informação foi dada pelo presidente interino da Casa, senador Edison Lobão, após pronunciamento do senador paranaense feito ontem. A primeira denúncia de Requião refere-se à forma, considerada por ele inadequada, como foi tratado em editorial do *Jornal do Brasil*. As outras duas

nível que se comporta a imprensa brasileira", disse, e pediu que os responsáveis no Senado examinem o caso e apresentem denúncia ao Ministério Público.

O senador pediu que o Senado encaminhe denúncia à Receita Federal e ao Ministério Público sobre o caso de uma ex-empregada doméstica dos pais do senador, Elsa Crispim. Ela jamais fez declaração de renda por não ter receita suficiente e, ainda assim, recebeu recen-

são relativas à Receita Federal.

Roberto Requião foi citado pelo *JB* em editorial intitulado "Tempo Perdido", publicado ontem. O senador referiu-se à crise pela qual passa a Argentina e afirmou que "a Argentina é o Brasil na semana que vem". O jornal atribuiu a ele a seguinte



Requião diz que declarações foram deturpadas por jornal

declaração: "O acordo (brasileiro) com o FMI é como cocaína na veia. O efeito passa rápido. A verdade é que o Brasil vai ser a Argentina até dezembro". Em seguida, o editorial faz a seguinte observação: "Como se vê, o senador sobre o Paraná, além de conhecer o efeito da cocaína na veia, deseja o pior para a economia brasileira. Torce contra".

Para Requião, o jornal está insinuando que ele é ou já foi consumidor de cocaína. "É com esse

temente restituição de R\$ 1.019,70. "Isso demonstra a grande anarquia da Receita Federal brasileira", disse.

A última denúncia feita por Requião já havia sido comunicada pelo próprio senador ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Um amigo de Requião, chamado Gilberto Menezes, denun-

ciou no Paraná, à Corregedoria da Receita Federal, uma fraude que vem sendo cometida na importação de carros importados. Segundo a denúncia, há importadoras subvalorizando os carros trazidos para o Brasil e, assim, pagando 25% de imposto sobre o valor do veículo, quando deveriam pagar 50%. Após a denúncia, contou o senador, a casa do denunciante foi invadida por fiscais da Receita com "um falso mandato" e bens chegaram a ser roubados.

### Senadores já aprovaram quatro dos seis projetos

PROJETO	TRAMITAÇÃO	O QUE MUDA
Altera a imunidade parlamentar	Aprovado pelo Senado e à espera de votação na Câmara	Determina que os deputados e senadores só terão imunidade por suas palavras, opiniões e votos. Se cometerem crimes comuns, poderão ser processados
Fidelidade partidária	Já votado pelos senadores. Tramita na Câmara	Inibe o troca-troca de partidos, pois exige quatro anos de filiação partidária do candidato para que ele possa se candidatar
Financiamento público de campanhas	Aprovado no Senado e em discussão na Câmara	Proíbe o uso de dinheiro privado (ou de serviços) nas campanhas eleitorais. Estabelece que o Tesouro destinará R\$ 7 por eleitor para financiar campanhas dos partidos e seus candidatos
Abertura de sigilo bancário	Também já aprovado pelos senadores e em exame na Câmara	Prevê que as declarações de renda dos parlamentares, ministros e altas autoridades fiquem disponíveis. Hoje, só a Justiça pode quebrar esses sigilos e, mesmo assim, é preciso justificativa com indícios de irregularidades
Fim da votação secreta	Tramita na Câmara. Depois, virá para o Senado	Acaba com as votações secretas existentes atualmente, como apreciação de nomes de autoridades indicadas pelo Executivo e de cassação de mandatos.
Código de Ética da Câmara	Em discussão na Câmara. Não precisa ser votado pelos senadores	O Senado já tem o seu Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O projeto deve ser votado nos próximos dias pelos deputados

# Restrição ao uso das MPs marcou semana no Senado

Matéria ainda será examinada em segundo turno. Também depende de outro turno de votação proposta que beneficia estado produtor de petróleo

Além de aprovar em primeiro turno a proposta que restringe o poder presidencial de editar medidas provisórias, o Senado votou esta semana matéria da maior importância para os estados produtores de petróleo. Foi decidido que a cobrança de ICMS nas operações estaduais com petróleo, lubrificantes e combustíveis dele derivados será feita pelos estados produtores e não mais pelos consumidores.

Na opinião do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), isso corrigirá grave injustiça, já que, ao atribuir ao estado consumidor toda a receita dessa cobrança, a Constituição consagra transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas.

Ao impedir o Executivo de reeditar medidas provisórias (MPs), o Senado está concretizando iniciativa que tramita há seis anos no Parlamento. O texto aprovado impede que essas normas legais vigorem indefinidamente, como acontece hoje, sem que o Parlamento sobre



Com a aprovação da PEC que impõe limites ao uso de medidas provisórias pelo Executivo, Plenário concretiza iniciativa que tramita há seis anos no Congresso

elas se pronuncie. As duas propostas voltarão a Plenário para serem votadas em segundo turno.

A Casa também aprovou proposta do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ampliando as formas de nomeação dos integrantes dos tribunais de Contas para abrigar a possibilidade de preenchimento das vagas de conselheiros por concurso público.

Foi ainda acolhido e vai a sanção

presidencial projeto que proíbe o empregador de lançar anotações desabonadoras na carteira de trabalho do empregado. Da mesma forma, segue para a sanção projeto modificando a lei trabalhista para exigir que, no caso de pagamento em juízo de verbas rescisórias do contrato de trabalho, as parcelas incontroversas devem ser pagas pelo empregador no dia do comparecimento em juízo.

## Comissão estuda reajuste para servidor federal

O trabalho das comissões do Senado esta semana incluiu a discussão, pela Comissão Mista de Orçamento, da necessidade de reajuste dos salários dos servidores públicos. Foi aprovada a criação de uma subcomissão para identificar fontes de recursos que garantam um reajuste para o funcionalismo federal no próximo ano.

O trabalho dessa subcomissão será entregue ao futuro relator do projeto de Orçamento de 2002, que deverá ser remetido pelo Executivo ao Congresso no final deste mês. A proposta foi apresentada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Também esta semana, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebeu Pedro Malan, Martus Tavares – respectivamente, ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão – e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que vieram explicar o crescimento da dívida interna e o acordo fir-



Conforme decidiu a Comissão Mista de Orçamento, uma subcomissão deverá identificar fontes de recursos que garantam o aumento dos salários

mado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo qual o Brasil tem disponíveis US\$ 15 bilhões, para utilizar em caso de emergência.

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) foi aprovado projeto permitindo aos trabalhadores que tiverem financiamento imobiliário concedido por fundo de pensão a utilização de recursos do FGTS para complementar o pagamento da casa própria.

Já a Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu proposta do senador Ademir Andrade (PSB-PA) estabelecendo que propriedades rurais que explorem trabalho escravo serão expropriadas e confiscadas sumariamente e as terras serão utilizadas na reforma agrária.

A CCJ aprovou ainda projeto de lei proibindo que motoristas de ônibus e caminhões dirijam ininterruptamente por mais de quatro horas.

## Saturnino: acordo com FMI adia crise para o próximo governo

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que o último acordo feito pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) "foi dimensionado milimetricamente para levar o governo, supostamente sem novas crises de pagamento e de solvência nacional, até o início de 2003". A crise foi adiada até o novo governo, "jogou-se a bomba para 2003", insistiu o senador, enfatizando sua contrariedade do acordo pelas autoridades econômicas, à sociedade e ao Parlamento, como fato consumado.

Ele também destacou em discurso que, dois dias após ter comparecido ao Senado, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi desmentido pela divulgação dos dados do Insti-



Para Saturnino, Executivo apresenta acordos como fato consumado

tuto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o desempenho da economia brasileira no segundo trimestre deste ano. Conforme o senador, Malan, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), repudiou que a política econômica coerente com as recomendações do FMI tenha imposto crescimento pífio à economia brasileira. No entanto, continuou, dados do IBGE mostram que "o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou, no segundo trimestre deste ano, a primeira

taxa de crescimento negativa desde 1998".

Saturnino enfatizou que o governo apresenta os acordos que faz com o FMI como fato consumado. Segundo ele, se o governo brasileiro da época concordou com a substituição do FMI e do Banco Mundial, isso não significa que a concordância "valesse para qualquer acordo posterior". Tanto, argumentou o senador, que os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial ao Brasil são submetidos à aprovação do Senado. Já os realizados com o FMI seriam submetidos a uma "figura jurídica de que o acordo original vale para sempre".

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) elogiou a análise de Roberto Saturnino e complementou-a dizendo que, com a atual política financeira, "estamos assistindo à maior transferência de reservas do mundo, oriunda do trabalho e da produção, para o sistema financeiro internacional".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também apoiou Saturnino e comunicou que apresentará requerimento solicitando ao Banco Central informações sobre quantas e quais são as pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, que recebem os juros das dívidas interna e externa pagos pelo país.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h – Saúde/Unip – Impotência – Parte 2  
6h30 – Debate – O sen. Roberto Requião e o diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, José Flávio Saraiva, falam sobre Brasil, Mercosul e União Européia  
7h30 – Entrevista – O ministro Ives Gandra Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, fala sobre a reforma do Judiciário  
8h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado  
8h30 – Saúde/Unip – Impotência – Parte 2  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos – Audiência pública com os ministros Pedro Malan e Martus Tavares e com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, sobre empréstimo do FMI. (reapresentação)  
17h – Sessão Plenária (reapresentação)

20h30 – Entrevista – O ministro Ives Gandra Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, fala sobre a reforma do Judiciário  
21h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado  
21h30 – Espaço Cultural – As violinistas de Petesburgo  
22h45 – Teatro Arthur Azevedo – Razamérica  
00h30 – As Cores do Brasil – Apinayé

#### RÁDIO SENADO

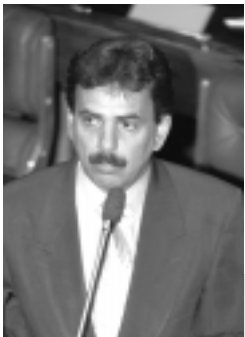
##### HOJE

7h – Música, informação e serviços  
8h – Senado Primeira Hora – As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
14h15 – Senado Notícias  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reapresentação)  
19h – A Voz do Brasil  
20h – Música e informação  
22h – Senado Notícias – Edição da noite  
23h – Música do Brasil

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Ademir alerta para crise por falta de saneamento

A falta de investimentos em saneamento, segundo alertou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), levará o país a uma crise de proporções ainda maiores do que a atual, causada pelo racionamento de energia. O senador disse que no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso os recursos para saneamento básico têm diminuído a cada ano, lembrando que em 2000, dos R\$ 260 milhões previstos no orçamento para o setor, foram liberados somente R\$ 128,5 milhões e, em 2001, do total



Nova crise será mais grave que de energia, afirma Ademir

orçado, o governo liberou, até agora, apenas 0,03%. Para o senador, a crise no saneamento, pela falta de investimentos para a construção de esgotos e distribuição de água potável, acarretará ris-

cos à saúde e o aumento do índice de mortalidade infantil. "Por isso, do ponto de vista da saúde pública, é mais grave do que a crise energética", frisou o senador.

Ademir anunciou que voltará à tribuna para discutir, em detalhes, as informações dadas pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o recente empréstimo obtido junto ao FMI. Ele afirmou que não está satisfeito com as explicações do ministro.

— Quero saber como o ministro Malan pretende conseguir um milagre para pagar essa dívida — disse o senador.

# Rocha elogia recuo do governo na MP dos planos de saúde

Para senador, com a decisão de enviar ao Congresso projeto sobre o assunto, Executivo dá oportunidade de se aprofundar o debate

Dizendo-se fiel ao princípio de manter-se na oposição, mas elogiar as atitudes corretas do governo, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) exaltou o recuo do Poder Executivo com relação à medida provisória (MP) alterando a lei de planos e seguros de saúde. O ministro da Saúde, José Serra, e o governo como um todo mostraram-se sensíveis às manifestações da sociedade e das lideranças políticas, que rejeitaram muitos pontos da MP, disse.

Ao decidir encaminhar ao Congresso as mudanças sugeridas na forma de um projeto de lei, Rocha considerou que o governo remeteu a questão para seu "real caminho, dando oportunidade para as lideranças partidárias se manifestar e aprofundar o debate". Para o senador, a tramitação do projeto de lei permitirá atin-



Rocha confirmou realização de simpósio sobre saúde complementar dias 28 e 29, no Senado

gir o que ele chamou de "ponto de equilíbrio", por consenso entre as partes interessadas ou pelo voto da maioria dos parlamentares.

Ele comunicou ter conseguido a

aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de três requerimentos. Os dois primeiros convidam para uma audiência pública sobre saúde complementar o ministro José Serra e o secretário de Saúde Complementar do ministério, Januário Montoni. O terceiro cria um grupo de trabalho para tratar dos planos e seguros de saúde, para o qual já foi indicado, como membro, pelo Bloco Oposição.

Rocha também confirmou as datas originalmente previstas para a realização do Simpósio sobre Saúde Complementar, em 28 e 29 de agosto próximos, no Auditório Petrônio Portella. O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG), e o ministro José Serra participarão da solenidade, segundo o senador.

## Alcântara destaca protestos contra mudanças

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) conclamou os senadores a analisarem com atenção a medida provisória (MP) que altera a lei que regulamenta os planos de saúde. As mudanças propostas pelo governo, afirmou o senador, provocaram protestos de várias associações médicas e de órgãos de defesa do consumidor, por restringirem os direitos dos usuários.

Lúcio Alcântara, que é médico, dis-



Alcântara: MP desqualifica relação médico-paciente

se que várias mudanças propostas pelo governo desqualificam a relação médico-paciente. Entre outras alterações, a MP cria a figura do "médico-porteiro", um clínico-geral que autorizará ou não o paciente a procurar um especialista.

O senador mencionou a intenção do governo de rever alguns pontos da MP, o que classificou como um sinal de maturidade e de reconhecimento de que "enveredou por um caminho que não é o mais recomendável". Ele

também aplaudiu a formação de um grupo de trabalho dentro da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, estudar as alterações que a medida provisória pretende introduzir nos planos de saúde.

O líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), em aparte, informou que o governo está sensível ao problema causado com a edição da medida provisória e já se mostra disposto a enviar ao Congresso um projeto sobre os planos de saúde, a fim de que o Legislativo possa melhor estudar as alterações propostas.

## Valadares propõe audiência com José Serra

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que o governo federal tem interpretações diferentes para a Emenda Constitucional nº 29, que vinculou recursos à área da saúde. Para o senador, a única interpretação que converge com a intenção dos parlamentares é a do Ministério da Saúde.

Valadares apresentou requerimento pedindo uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com o ministro José Serra. Outros dois requerimentos solicitam, aos ministérios da Fazenda e da Saúde, informações sobre o que foi efetivamente liberado para o setor de saúde neste ano.

A "interpretação real", pretendida pelos parlamentares, segundo o senador, determina que, a cada ano, até 2004, a União deverá aumentar em no mínimo 5% os recursos orçamentários destinados ao setor, relativamente ao ano anterior. O acréscimo poderá ser maior, já que seguirá a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

Ele informou que a Procuradoria Geral do Ministério da Fazenda e a Advocacia Geral da União, no entanto, entendem que o acréscimo deve tomar por base o ano de 1999, interpretação que imporá prejuízos da ordem de R\$ 1,2 bilhão neste ano; R\$ 1,3 bilhão no ano que vem; R\$ 1,5 bilhão em 2003; e R\$ 1,6 bilhão em 2004. Ao todo, a área da saúde perderá R\$ 5,6 bilhões, calculou o senador.

Valadares lembrou que tanto o ministro da Fazenda, Pedro Malan, quanto o ministro da Saúde, José Serra, são pré-candidatos à Presidência da República e que, por causa dessa disputa, a imprensa tem noticiado que o Ministério da Fazenda quer esvaziar completamente o Ministério da Saúde.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) se disse "estarecido com as revelações". Já Carlos Patrocínio (PFL-TO) manifestou-se também preocupado com a falta de recursos para a área de saúde.



Valadares defende mais recursos para o setor de saúde



## LOBÃO RECEBE MINISTRO DA PREVIDÊNCIA E VICE-GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu ontem o ministro da Previdência, Roberto Brant (foto à esquerda), que disse ter aproveitado a visita para conversar sobre a tramitação da Lei Complementar 109, que trata da aposentadoria complementar dos servidores públicos. Na saída, Brant afirmou à imprensa que a contribuição dos inativos é "um princípio ao qual o governo não renunciará", mesmo que acate a avaliação dos líderes segundo a qual o momento

não seria oportuno para tentar aprová-la no Congresso.

Edison Lobão recebeu também, em audiência, o vice-governador do Espírito Santo, Celso Vasconcelos, que pediu ajuda para que a Executiva Nacional do PFL oriente a Executiva Estadual no sentido de apoiar a abertura de processo de *impeachment* do governador José Ignácio Ferreira. Vasconcelos explicou que o PFL tem a maior bancada estadual e está dividido em relação ao assunto.



## Carlos Wilson critica redução do combate ao trabalho infantil

Na opinião do senador, o governo “diagnosticou o problema, chegou mesmo a tratar a ferida, ainda que timidamente, mas parou”

Pesquisa do Ipec, organismo internacional de combate ao trabalho infantil, constatou que 8% dos 4,48 milhões de trabalhadores domésticos do Brasil têm entre dez e 16 anos, informou o senador Carlos Wilson (PPS-PE). Para ele, a realidade mostrada pelo levantamento, que coloca o Brasil entre os três países com as maiores taxas de trabalho infantil na América Latina, indica que a ação governamental nesse campo ainda é tímida. Além disso, os esforços para resolver o problema, iniciados em 1992, diminuíram a partir de 1997, denunciou o senador.

— Entre 1997 e 1999 a ação do governo cessou. Estados como To-



Carlos Wilson afirma que entre 1997 e 1999 a ação do governo cessou

cantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso tiveram aumento do contingente de crianças trabalhadoras. Minas e Rio Grande do Sul tiveram redução insignificante nos índices — afirmou Carlos Wilson, baseando-se em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “O governo Fernando Henrique certamente diagnosticou o problema. Chegou mesmo a tratar a ferida, ainda que timidamente. Mas parou”, completou.

Carlos Wilson citou casos graves ocorridos no norte do Rio de Janeiro, onde a cultura da cana-de-açúcar se utiliza em grande parte da

mão-de-obra de crianças e adolescentes. “A criança funciona como assalariado e compõe a renda da família, como se verifica em carvoarias ou na produção de frutas no Vale do São Francisco”, disse.

Na avaliação do senador, iniciativas do governo, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa de Garantia de Renda Mínima, mostram a importância do poder público como instrumento para retirar as crianças do trabalho precoce e recolocá-las na escola. Mas Carlos Wilson não crê na capacidade do atual governo de enfrentar o problema. “Não há que se esperar uma ação política mais efetiva e mais decidida deste governo, até porque ele não consegue mais responder aos desafios para os quais foi eleito”, frisou.

## Mauro destaca empenho em implementar Estatuto da Cidade

O empenho de vários municípios em implementar o Estatuto da Cidade, aprovado recentemente pelo Congresso, foi festejado em Plenário, ontem, pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). A iniciativa dos prefeitos de empreender o ordenamento do uso do solo



Mauro Miranda cobra compromisso com políticas habitacionais

urbano é considerada “necessária e urgente” pelo senador, diante dos sucessivos casos de ocupação de áreas públicas por famílias sem teto.

Para ilustrar sua preocupação com o problema, Mauro Miranda informou que, nesta semana, 200 famílias sem teto invadiram uma área pública situada no Jardim Primavera, em Goiânia (GO). Enquanto invasores e autoridades públicas não negociam uma alternativa pacífica para a desocupação da área, ainda não regularizada pelo estado e destinada a abrigar uma escola, uma creche e um centro de apoio aos idosos, o senador sustenta que, se o estatuto vigorasse há mais tempo, já teria sido encontrada uma saída para sua ocupação racional.

Diante do quadro exposto, Mau-

ro diz que só resta ao poder público “a fundamental tarefa de disseminar aos quatro cantos os avanços contidos no Estatuto da Cidade e cobrar coragem e arrojo das autoridades municipais para executá-los”. O senador cobrou dos governos estadual e federal o compromisso de

desenvolver políticas habitacionais e, assim, tentar reduzir o déficit de 6 milhões de moradias no país. Na sua opinião, a atenção dispensada pela União ao descompasso entre oferta e demanda habitacional tem sido “inócua”. Segundo comentou, a Lei de Diretrizes Orçamentárias previu para 2002 a “ridícula” meta de 16 mil casas construídas, marca elevada para 128 mil moradias graças a uma emenda de sua autoria.

Às vésperas de o PMDB definir seu candidato e programa para a sucessão presidencial, o senador também cobrou do partido a inclusão da moradia como uma das principais bandeiras de campanha. Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) se mostrou solidário à preocupação de Mauro Miranda.

## Mozarildo: Roraima deve pagar menos pela energia elétrica

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apelou ao ministro de Minas e Energia, José Jorge, e ao presidente da Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, para que a população de Roraima possa pagar tarifas mais baixas, agora que o estado está recebendo energia diretamente da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, ao invés de ser abastecido por termelétricas, com custos bem maiores.

O senador encaminhou requerimento de informações ao ministro, pedindo um levantamento comparativo dos custos das termelétricas antigas e da energia elétrica proveniente de Guri. “A população tem o direito de ser beneficiada por essa diminuição de custos, por meio de imediata revisão das tarifas de energia elétrica, que sempre foram muito altas em Roraima”, disse.



Mozarildo diz que os custos atuais são menores

## Senadores do Paraná acompanham votação sobre a venda da Copel

Os três senadores paranaenses — Osmar Dias (sem partido), Álvaro Dias (PSDB) e Roberto Requião (PMDB) — estarão segunda-feira na Assembléia Legislativa do Paraná para acompanhar a votação, pelos deputados estaduais, do projeto de lei de iniciativa popular



Segundo Osmar Dias, a sociedade é contrária à venda da estatal

impedindo a venda da Copel, a companhia de energia elétrica do estado. É o primeiro projeto de iniciativa popular a ser votado no país e teve assinatura de 120 mil pessoas, segundo Osmar Dias, que, em discurso no Plenário ontem, informou que a maioria da população do estado é contra a venda. De acordo com pesquisas, esse número chega

a 98%, dependendo da localidade.

O senador disse que os mais diversos setores da sociedade estão unidos contra a venda da Copel, “mas nada remove a obstinação do governador Jaime Lerner, contra quem pesam inclusive acusações de compra de vo-

tos de deputados”, declarou. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou solidariedade aos senadores paranaenses. Roberto Requião afirmou que a venda da Copel é mau negócio para o estado. Álvaro Dias, por sua vez, lamentou a prática de aliciamento de voto de que o governador do Paraná está sendo acusado.

## Osmar quer saber se há exigência do FMI

O senador Osmar Dias encaminhou à Mesa do Senado requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre a veracidade de notícias segundo as quais a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) é uma das exigências feitas ao Brasil no último acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A notícia foi veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo* ontem, dia do início da discussão do assunto na Assembléia Legislativa do Paraná, assinalou o senador, complementando que a privatização da Copel tem sus-

citado enorme polêmica no estado.

Na terça-feira, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, irritado, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, chegou a classificar de “irresponsável” notícia que dizia também fazer parte do acordo com o FMI a exigência de privatização da Petrobras, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Em outro requerimento encaminhado à Mesa, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pede informações ao ministro José Serra, da Saúde, sobre o orçamento da Seguridade Social.

## Maldaner defende concurso e reajuste para Polícia Rodoviária

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez ontem um apelo ao ministro da Justiça, José Gregori, pela realização de concurso para a Polícia Rodoviária Federal em todo o país e, em especial, em Santa Catarina, e pela concessão de reposição salarial à categoria. Ele entende que

a contratação de novos profissionais poderá reduzir, significativamente, o número de acidentes.

— Minha condição de representante de Santa Catarina coloca-me em posição de responsabilidade ainda maior na luta pelo fortalecimento da Polícia Rodoviária Federal,



Maldaner: PRF em condições poderia reduzir acidentes

uma vez que, em proporção à dimensão de sua malha rodoviária, meu estado apresenta o trânsito mais violento de todo o país — destacou o senador.

Maldaner observou que o número de mortes nas rodovias federais de todo o país, no ano passado, mostrou discreta redução de cerca de 1% em relação ao ano anterior, de forma similar ao que ocorreu com o número de feridos, que caiu cerca de 2%, enquanto o número de acidentes apresentou redução da ordem de 6%. Porém em Santa Catarina a tendência foi inversa.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e Ricardo Santos